

EGRÉGIO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS – CEDAE, sociedade de economia mista criada pelo Decreto-lei nº 39/75, com sede no Rio de Janeiro – RJ, na Av. Presidente Vargas, 2655, CEP, 20.210-030, Cidade Nova, CNPJ nº 33.352.394/0001-04, vem, por seus advogados que esta subscrevem (**doc. nº 01**), com fundamento no art. 102, I, “f”, da Constituição Federal, propor **AÇÃO CÍVEL ORIGINÁRIA** contra a **UNIÃO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)**, pelas razões de fato e de direito que passa a expor.

1. DOS FATOS.

A Companhia Estadual de Águas e Esgotos – CEDAE é uma sociedade de economia mista criada por meio do Decreto-lei estadual nº 39/75 como resultado da fusão da Companhia Estadual de Águas da Guanabara (CEDAG), da Empresa de Saneamento da Guanabara (ESAG) e da Companhia de Saneamento do Estado do Rio de Janeiro (SANERJ).

A CEDAE realiza as atividades de captação, tratamento, adução e distribuição de água, bem como a coleta, o transporte e o tratamento de esgotos gerados na maioria dos municípios do Estado do Rio de Janeiro, **fazendo-o por delegação legal direta**.

A Autora vem recolhendo todos os tributos exigidos pelos entes federados, inclusive o Imposto de Renda Pessoa Jurídica. Apenas em 2014, foram recolhidos cerca de R\$ 300 milhões a título de IRPJ, como comprovam os documentos anexos (**doc. nº 02**).

Contudo, a exigência é indevida, eis que a CEDAE é uma sociedade de economia mista atípica, que mais se aproxima de uma empresa pública (99,9996% do seu capital pertencem ao Estado do Rio de Janeiro, como comprovam os documentos anexos – doc. nº 03) e que presta serviços públicos essenciais a toda a coletividade, beneficiando-se, por isso, da imunidade recíproca.

É o que se passa a demonstrar.

2. DO CABIMENTO DA AÇÃO.

A Autora pretende por meio desta ação o reconhecimento da sua imunidade tributária, nos termos do art. 150, VI, “a”, da Constituição.

Verifica-se, portanto, que há claro conflito federativo entre a Autora, entidade da administração indireta estadual, e a Ré (União Federal), o qual se amolda perfeitamente à dicção do art. 102, I, “f”, da Constituição. É ver a sua redação:

“Art. 102. Compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe:

I – processar e julgar, originariamente:

(...)

f) as causas e os conflitos entre a União e os Estados, a União e o Distrito Federal, ou entre uns e outros, inclusive as respectivas entidades da administração indireta”;

Vale ressaltar que a jurisprudência desta Corte é pacífica quanto ao cabimento da ação cível originária em casos como o presente, como se constata das ementas abaixo transcritas, todas relativas ao reconhecimento da imunidade de entidades da administração indireta:

“Ação Cível Originária. Questão de ordem. Ação declaratória envolvendo o Banco Central do Brasil e o Distrito Federal. Direito Tributário. Imunidade recíproca. Ameaça de conflito federativo. Competência originária do STF. Art. 102, I, f, CF.

Sendo a imunidade recíproca uma forma de manifestação do princípio federativo, possui o conflito em questão estreita ligação com o pacto da Federação, hipótese em que esta Corte tem reconhecido, excepcionalmente, sua competência originária, no exercício outorgado pelo art. 102, I, f da CF. Precedentes: ACORQO nº 477, Rel. Min. Moreira Alves e ACORQO nº 593, Rel. Min. Néri da Silveira. Questão de ordem que se resolve firmando a competência desta Corte para o julgamento da causa.” (STF, Pleno, ACO nº 515 QO/DF, Rel. Min. ELLEN GRACIE, DJ 27.09.2002)

“Constitucional. Competência. Supremo Tribunal Federal. Ação Cível Originária. Art. 102, I, ‘f’, da Constituição do Brasil. Empresa

Brasileira de Correios e Telégrafos – EBCT. Empresa pública. Prestação de serviço postal e correio aéreo nacional. Serviço público. Art. 21, X, da Constituição do Brasil.

(...)

4. O fato jurídico que deu ensejo à causa é a tributação de bem público federal. A imunidade recíproca, por sua vez, assenta-se basicamente no princípio da Federação. Configurado conflito federativo entre empresa pública que presta serviço público de competência da União e Estado-membro, é competente o Supremo Tribunal Federal para o julgamento da ação cível originária, nos termos do disposto no artigo 102, I, 'f', da Constituição.

5. Questão de ordem que se resolve pelo reconhecimento da competência do Supremo Tribunal Federal para julgamento da ação.” (STF, Pleno, ACO nº 765 QO/RJ, Rel. p/ acórdão Min. EROS GRAU, DJe 06.11.2008)

“Ação Cível Originária. Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT). Tributo instituído por lei estadual (IPVA). Pretendido reconhecimento da imunidade tributária recíproca. Conflito de interesses entre a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos e o Estado de São Paulo. Litígio que se submete, por efeito de potencial lesão ao princípio federativo, à esfera de competência originária do Supremo Tribunal Federal. Harmonia e equilíbrio nas relações institucionais entre os Estados-membros e a União Federal, inclusive entre aqueles e empresas governamentais, como a ECT (...).

A Constituição da República confere ao Supremo Tribunal Federal a posição eminente de Tribunal da Federação (CF, art. 102, I, 'f'), atribuindo-lhe, em tal condição institucional, o poder de dirimir controvérsias, que, ao irromperem no seio do Estado Federal, culminam, perigosamente, por antagonizar as unidades que compõem a Federação. Essa magna função jurídico-institucional da Suprema Corte impõe-lhe o gravíssimo dever de velar pela intangibilidade do vínculo federativo e de zelar pelo equilíbrio harmonioso das relações políticas entre as pessoas estatais que integram a Federação brasileira. A aplicabilidade da norma inscrita no art. 102, I, 'f', da Constituição estende-se aos litígios cuja potencialidade ofensiva revela-se apta a vulnerar os valores que informam o princípio fundamental que rege, em nosso ordenamento jurídico, o pacto da Federação. Doutrina. Precedentes. (...)” (STF, Pleno, ACO nº 803 AgR/SP, Rel. Min. CELSO DE MELLO, DJe 11.02.2015)

Claro, dessarte, o cabimento desta ação.

3. DO MÉRITO.

3.1. As atividades de saneamento básico.

Como visto acima, a Autora realiza as atividades de captação, tratamento e distribuição de água e de coleta e tratamento de esgotos.

Tais atividades têm especial relevância, pois garantem o direito à saúde e à vida e, em última instância, a dignidade da pessoa humana.

Tanto é verdade que, em 28.07.2010, a Assembleia Geral das Nações Unidas, por meio da Resolução nº 64/292, declarou que o acesso à água potável e ao saneamento é um **direito humano essencial** para que o indivíduo possa gozar plenamente da vida e dos outros direitos humanos.

No ordenamento jurídico brasileiro, também se reconhece a importância de tais atividades, tendo a Constituição atribuído à União competência para instituir as diretrizes para o saneamento (art. 21, XX).

Nesse ensejo foi editada a Lei nº 11.445/2007, que define o “saneamento básico” como todo o conjunto de serviços, infraestruturas e instalações operacionais voltadas: (i) ao abastecimento de água potável; (ii) ao esgotamento sanitário; (iii) à limpeza urbana e ao manejo de resíduos sólidos; e (iv) à drenagem e manejo das águas pluviais urbanas (art. 3º, I).

Nos termos do art. 2º, *caput*, do diploma em comento, **todos os serviços acima listados qualificam-se como serviços públicos**, dada a sua importância para a sociedade. Como leciona CELSO ANTÔNIO BANDEIRA DE MELLO¹, o serviço público pode ser definido como:

“(...) toda atividade de oferecimento de utilidade ou comodidade material destinada à satisfação da coletividade em geral, mas fruível singularmente pelos administrados, que o Estado assume como pertinente a seus deveres e presta por si mesmo ou por quem lhe faça as vezes, sob um regime de Direito Público – portanto, consagrador de prerrogativas de supremacia e de restrições especiais -, instituído em favor dos interesses definidos como públicos no sistema normativo.”

Ressalta o autor que a própria Constituição atribui alguns serviços à alçada dos Poderes Públicos federal, estadual e municipal, tornando-os obrigatoriamente “serviços públicos”. Acrescenta que:

“(...) muitos serviços públicos serão da alçada exclusiva dos Estados, Distrito Federal ou dos Municípios, assim como outros serão comuns à União e a estas diversas pessoas. Por exemplo: ‘cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência’ (art. 23, II), ou ‘proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação e à ciência’ (art. 23, V), ‘promover programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico’ (art. 23, IX).”

¹ MELLO, Celso Antônio Bandeira de. *Curso de Direito Administrativo*. 22ª ed. São Paulo: Malheiros, 2007, pp. 665-666.

Dado o seu caráter público, os serviços de saneamento devem pautar-se pelas diretrizes de universalização, transparência, eficiência, segurança, disponibilidade, qualidade e regularidade. Com efeito, assim dispõe o art. 2º da Lei nº 11.445/2007:

“Art. 2º. Os serviços públicos de saneamento básico serão prestados com base nos seguintes princípios fundamentais:

I – universalização do acesso;

II – integralidade, compreendida como o conjunto de todas as atividades e componentes de cada um dos diversos serviços de saneamento básico, propiciando à população o acesso na conformidade de suas necessidades e maximizando a eficácia das ações e resultados;

III – abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos realizados de formas adequadas à saúde pública e à proteção do meio ambiente;

IV – disponibilidade, em todas as áreas urbanas, de serviços de drenagem e de manejo das águas pluviais adequados à saúde pública e à segurança da vida e do patrimônio público e privado;

V – adoção de métodos, técnicas e processos que considerem as peculiaridades locais e regionais;

VI – articulação com as políticas de desenvolvimento urbano e regional, de habitação, de combate à pobreza e de sua erradicação, de proteção ambiental, de promoção da saúde e outras de relevante interesse social voltadas para a melhoria da qualidade de vida, para as quais o saneamento básico seja fator determinante;

VII – eficiência e sustentabilidade econômica;

VIII – utilização de tecnologias apropriadas, considerando a capacidade de pagamento dos usuários e a adoção de soluções graduais e progressivas;

IX – transparência das ações, baseada em sistemas de informações e processos decisórios institucionalizados;

X – controle social;

XI – segurança, qualidade e regularidade;

XII – integração das infraestruturas e serviços com a gestão eficiente dos recursos hídricos.

XIII – adoção de medidas de fomento à moderação do consumo de água.”

Em linha com o objetivo de universalização, o diploma também estabelece que as tarifas devam ser fixadas de modo a garantir o equilíbrio econômico e financeiro dos contratos e a modicidade tarifária (art. 22, IV).

Assim, como exemplo de medida voltada à universalização, tem-se a Tarifa Social: uma tarifa reduzida aplicada a comunidades carentes e conjuntos habitacionais destinados a moradores de baixa renda.

Conforme dispõe o art. 8º da Lei nº 11.445/2007, os titulares dos serviços públicos de saneamento básico podem delegar a sua prestação a outras entidades, obedecendo à disciplina do art. 241 da Constituição.

Nesse caso, o Estado transfere a uma entidade a competência para executar o serviço, sujeitando-a a intenso controle e a diversas restrições regulamentares. A natureza do serviço, porém, não se modifica. O serviço continua a ser público, mas executado de forma descentralizada.

É o que também ensina HELY LOPES MEIRELLES²:

"(...) há delegação quando do Estado transfere, por contrato (concessão) ou ato unilateral (permissão ou autorização), unicamente a execução do serviço, para que o delegado o preste ao público em seu nome e por sua conta e risco, nas condições regulamentares e sob controle estatal. (...) o serviço continua sendo público ou de utilidade pública, apenas descentralizado, contudo, sempre sujeito aos requisitos originários e sob regulamentação e controle do Poder Público que os descentralizou."

Este é exatamente o caso da CEDAE, criada sob a forma de sociedade de economia mista, cujo capital social pertence ao Estado do Rio de Janeiro à razão de **99,9996%**, a quem foram **delegados diretamente por lei e com exclusividade** os serviços públicos de saneamento básico da maioria dos municípios daquele Estado.

Por ser uma entidade da Administração Pública Indireta, a Autora está sujeita a diversas restrições, tais como os deveres de contratar funcionários mediante concurso público (art. 37, II, da CF/88) e de realizar licitações para a contratação de obras, serviços, compras ou alienações (art. 37, XXI, da CF/88), entre outros.

Por outro lado, a CEDAE detém prerrogativas não extensíveis ao setor privado, como a de promover as desapropriações necessárias à consecução de seus objetivos (art. 3º do Decreto-Lei estadual nº 39/75), o que mais uma vez a estrema das empresas particulares.

As atividades da Autora são exaustivamente reguladas (Decreto estadual nº 553/76) e estão sujeitas ao crivo da Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro – AGENERSA, por força do Decreto nº 45.344/2015.

² MEIRELLES, Hely Lopes. *Direito Administrativo Brasileiro*. 18ª ed. São Paulo: RT, 1993, p. 305.

Em especial, o Decreto estadual nº 553/76 estabelece as regras da sua política tarifária, prevendo que o Poder Executivo, mediante proposta da CEDAE, fixará o valor da tarifa unitária, de forma a atender às despesas de operação e manutenção e às despesas financeiras decorrentes dos investimentos que se fizerem necessários à ampliação e melhoria dos sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário (art. 97).

Como se pode ver, a Autora está sujeita a diversas restrições e possui também prerrogativas não aplicáveis ao setor privado, justamente por integrar a Administração e prestar serviços de natureza pública. E não há aqui violação à Constituição, como salienta HELY LOPES MEIRELLES³:

"Vê-se que a sociedade de economia mista é, apenas, um instrumento administrativo de descentralização de serviços públicos ou de atividades de interesse coletivo. (...) Observe-se que a Constituição da República não impõe forma a qualquer empresa estatal, nem lhe discrimina o objeto; apenas condiciona a que, quando o Estado a incumbir de alguma atividade econômica, só poderá explorá-la em igualdade de condições com as empresas particulares e em caráter suplementar da iniciativa privada.

(...) Mas isto não impede que o Estado traspasse à sociedade de economia mista serviços públicos compatíveis com a natureza da instituição, mesmo que não consubstanciem atividades econômicas, e, neste caso, pode operá-los em condições diversas das da iniciativa privada, pois não haverá qualquer ofensa à ordem econômica e social, sob cujo título se inscreve a vedação constitucional (...)."

Isso é especialmente verdadeiro no caso da Autora, visto que suas atividades estão submetidas ao regime de exclusividade, de modo que **não concorre com empresas do setor privado.**

3.2. A imunidade recíproca da CEDAE.

Há muito consolidou-se na jurisprudência desta Corte o entendimento de que a imunidade recíproca, prevista no art. 150, VI, "a", da Constituição brasileira, aplica-se não só aos entes políticos e às suas autarquias e fundações, mas também às empresas públicas e às sociedades de economia mista prestadoras de serviços essenciais.

Como aponta ROQUE CARRAZA, cabe distinguir as empresas públicas e sociedades de economia mista voltadas à exploração de atividades econômicas daquelas dedicadas à consecução de fins públicos.

Enquanto as primeiras perseguem o lucro, as últimas atuam como verdadeira *longa manus* do Estado, agindo em nome deste para a

³ Ibidem, p. 332.

consecução do bem comum. Assim, apenas quanto à forma são pessoas de Direito Privado, uma vez que, no fundo, são pessoas administrativas, instrumentos do Estado⁴.

Por essas razões, esta Corte reconheceu a imunidade tributária de várias empresas públicas e sociedades de economia mista, ressaltando a inaplicabilidade dos arts. 150, § 3º, e 173, §§ 1º, II, e 2º da Constituição a tais casos. Nesse sentido, vale conferir os precedentes abaixo:

“INFRAERO. Empresa Pública Federal vocacionada a executar, como atividade-fim, em função de sua específica destinação constitucional, serviços de infra-estrutura aeroportuária. (...)”

A INFRAERO, que é empresa pública, executa, como atividade-fim, em regime de monopólio, serviços de infra-estrutura aeroportuária constitucionalmente outorgados à União Federal, qualificando-se, em razão de sua específica destinação institucional, como entidade delegatária dos serviços públicos a que se refere o art. 21, inciso XII, alínea ‘c’, da Lei Fundamental, o que exclui essa empresa governamental, em matéria de impostos, por efeito da imunidade tributária recíproca (CF, art. 150, VI, ‘a’), do poder de tributar dos entes políticos em geral. Conseqüente inexistência, por parte do Município tributante, do ISS referente às atividades executadas pela INFRAERO na prestação dos serviços públicos de infra-estrutura aeroportuária e daquelas necessárias à realização dessa atividade-fim. O alto significado político-jurídico da imunidade recíproca, que representa verdadeira garantia institucional de preservação do sistema federativo. Doutrina. Precedentes do STF. Inaplicabilidade, à INFRAERO, da regra inscrita no art. 150, § 3º, da Constituição. A submissão ao regime jurídico das empresas do setor privado, inclusive quanto aos direitos e obrigações tributárias somente se justifica, como consectário natural do postulado da livre concorrência (CF, art. 170, IV), se e quando as empresas governamentais explorarem atividade econômica em sentido estrito, não se aplicando, por isso mesmo, a disciplina prevista no art. 173, § 1º, da Constituição, às empresas públicas (caso da INFRAERO), às sociedades de economia mista e às suas subsidiárias que se qualifiquem como delegatárias de serviços públicos.” (STF, 2ª Turma, RE nº 363.412 AgR/BA, Rel. Min. CELSO DE MELLO, DJe 18.09.2008)

“Casa da Moeda do Brasil (CMB). Empresa governamental delegatária de serviços públicos. (...) Regime constitucional de monopólio (CF, art. 21, VII). Outorga de delegação à CMB, mediante lei, que não descaracteriza a estatalidade do serviço público, notadamente quando constitucionalmente monopolizado pela pessoa política (a União Federal, no caso) que é dele titular. A delegação da execução de serviço público, mediante outorga legal, não implica alteração do regime jurídico de Direito Público, inclusive o de Direito Tributário, que incide sobre referida atividade. Conseqüente extensão, a essa empresa pública, em matéria de impostos,

⁴ CARRAZZA, Roque Antonio. *A Imunidade Tributária das Empresas Estatais Delegatárias de Serviços Públicos: Um estudo sobre a imunidade tributária da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT*. São Paulo: Malheiros, 2004, pp. 38-41.

da proteção constitucional fundada na garantia da imunidade tributária recíproca (CF, art. 150, VI, 'a'). (...) Recurso de agravo improvido." (STF, 2ª Turma, RE nº 610.517 AgR/RJ, Rel. Min. CELSO DE MELLO, DJe 20.06.2014)

"Agravo regimental em recurso extraordinário com agravo. Isenção conferida em favor de imóvel de uma **sociedade de economia mista prestadora de serviços públicos exclusivos** – CBTU. Inaplicabilidade da vedação constante do art. 173, § 2º, da Constituição Federal. Precedentes. O Tribunal de origem consignou que **o serviço prestado pela agravada é público, indisponível e prestado em regime de exclusividade**. Dessa forma, mostra-se inaplicável a vedação de que trata o art. 173, § 2º, da Constituição Federal." (STF, 1ª Turma, ARE nº 816.538 AgR/MG, Rel. Min. ROBERTO BARROSO, DJe 18.11.2014)

In casu, os serviços prestados pela CEDAE, voltados ao fornecimento de água e à coleta e ao tratamento de esgotos sanitários, são **públicos, indisponíveis e prestados em regime de exclusividade, por delegação legal direta (sem licitação)**.

Logo, impõe-se o reconhecimento da imunidade tributária.

Vale ressaltar que o reconhecimento da desoneração jamais teria o condão de favorecer o acúmulo de lucros, públicos ou privados.

Isso porque as tarifas cobradas pela CEDAE não podem ser fixadas livremente pela companhia, mas devem seguir o disposto no Decreto estadual nº 553/1976, o qual estabelece o regulamento do seu sistema tarifário.

Nos termos do referido diploma, a tarifa deve ser calculada em conformidade com os custos efetivamente incorridos pela sociedade, os quais incluem os encargos tributários incidentes sobre as suas atividades.

Ora, se é assim, o reconhecimento da imunidade tributária repercutirá diretamente na tarifa cobrada dos seus usuários, que será reduzida, atendendo assim ao propósito de assegurar a modicidade tarifária.

É dizer, a imunidade não gerará o acúmulo de lucros, mas contribuirá para a consecução do fim público de universalização do acesso aos serviços essenciais de fornecimento de água e de saneamento básico.

Isso sem falar que a desoneração também não impactará a livre concorrência, visto que a CEDAE opera em regime de exclusividade.

Com isso, estão preenchidos todos os requisitos impostos pela jurisprudência desta Corte para o reconhecimento da imunidade, a saber:

- a) benefício exclusivo a bens e serviços utilizados na satisfação dos fins institucionais iminentes do ente federado, cuja tributação poderia colocar em risco a respectiva autonomia política;
- b) inaplicabilidade do favor constitucional a atividades de exploração econômica, destinadas primordialmente a aumentar o patrimônio do Estado ou de particulares; e
- c) preservação da livre-concorrência.

Ante o exposto, deve ser reconhecida a sua imunidade tributária. Vale ressaltar que a jurisprudência desta Corte é pródiga em decisões que reconheceram a imunidade das autarquias, empresas públicas e sociedades de economia mista voltadas à prestação dos serviços de saneamento básico. Nesse sentido, vale conferir o seguinte julgado:

“Agravamento Regimental em Recurso Extraordinário com Agravamento. Sociedade de economia mista. Serviço de saneamento. Imunidade recíproca reconhecida. Preenchimento dos requisitos. Aplicação da Súmula 279/STF.

É firme o entendimento desta Corte no sentido de que a imunidade recíproca é aplicável às sociedades de economia mista prestadoras de serviço de distribuição de água e saneamento, tendo em vista que desempenham atividade de prestação obrigatória e exclusiva do Estado. (...) Agravamento regimental a que se nega provimento.” (STF, 1ª Turma, ARE nº 763.000 AgR/ES, Rel. Min. ROBERTO BARROSO, DJe 29.09.2014)

O entendimento foi confirmado de forma indiscrepante em diversos outros julgados deste Tribunal, tais como: **RE nº 741.938 AgR/MG**, Rel. Min. DIAS TOFFOLI, DJe 08.10.2014; **RE nº 598.912 AgR/MG**, Rel. Min. DIAS TOFFOLI, DJe 20.03.2013; **RE nº 631.309 AgR/SP**, Rel. Min. AYRES BRITTO, DJe 25.04.2012; **RE nº 672.187 AgR/MG**, Rel. Min. CEZAR PELUSO, DJe 20.04.2012; **RE nº 486.306 AgR-segundo/MG**, Rel. Min. CÁRMEN LÚCIA, DJe 05.03.2012; **RE nº 482.814 AgR/SC**, Rel. Min. RICARDO LEWANDOWSKI, DJe 13.12.2011; **RE nº 399.307 AgR/MG**, Rel. Min. JOAQUIM BARBOSA, DJe 29.04.2010, dentre muitos outros.

Frise-se, por fim, que a hipótese ora em apreço **não se confunde com a discussão travada nos autos do RE nº 600.867/SP**, no qual se analisa a imunidade tributária da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – SABESP, uma vez que lá trata-se de sociedade que possui participação acionária dispersa e com relevante presença do setor privado, ao passo que o presente caso trata de empresa cujo capital é quase integralmente controlado pelo Estado do Rio de Janeiro.

A distinção é relevante e foi inclusive salientada pela decisão que reconheceu a repercussão geral naquele processo:

“Tributário. Imunidade Tributária Recíproca. Sociedade de economista mista. Participação acionária dispersa e negociada em bolsa de valores. Exame da relação entre os serviços públicos prestados e o objetivo de distribuição de lucros a investidores públicos e privados como elemento determinante para aplicação da salvaguarda constitucional. Art. 150, VI, a da Constituição.

Tem repercussão geral a questão consistente em saber se a imunidade tributária recíproca se aplica a entidade cuja composição acionária, objeto de negociação em Bolsas de Valores, revela inequívoco objetivo de distribuição de lucros a investidores públicos e privados.”

O presente caso encaixa-se à perfeição no precedente do RE nº 580.264/RS, decidido sob a sistemática da repercussão geral (Pleno, Rel. para o acórdão Min. AYRES BRITTO, DJe 06.10.2011), a saber:

“Constitucional. Tributário. Recurso Extraordinário. Repercussão geral. Imunidade tributária recíproca. Sociedade de economia mista. Serviços de saúde.

1. A saúde é direito fundamental de todos e dever do Estado (arts. 6º e 196 da Constituição Federal). Dever que é cumprido por meio de ações e serviços que, em face de sua prestação pelo Estado mesmo, se definem como de natureza pública (art. 197 da Lei das leis).

2. A prestação de ações e serviços de saúde por sociedades de economia mista corresponde à própria atuação do Estado, desde que a empresa estatal não tenha por finalidade a obtenção de lucro.

3. As sociedades de economia mista prestadoras de ações e serviços de saúde, cujo capital social seja majoritariamente estatal, gozam da imunidade tributária prevista na alínea ‘a’ do inciso VI do art. 150 da Constituição Federal.

3. Recurso extraordinário a que se dá provimento, com repercussão geral.”

No caso, como registra o acórdão, **99,99%** das ações eram de propriedade da União, sendo o restante **0,01%** pertencente a uma pessoa física – detalhe que não obstou o reconhecimento da imunidade.

4. DO PEDIDO.

Ante o exposto, pede a Autora a procedência da presente ação para que seja declarado, para todos os fins, o seu direito à imunidade do art. 150, VI, “a”, da Constituição de 1988, bem como o seu direito à restituição dos valores pagos a título de impostos federais nos 5 (cinco) anos anteriores à propositura desta ação, bem como durante o seu curso.

Sócios – Partners

Sacha Calmon Navarro Coêlho | Misabel de Abreu Machado Derzi | Eduardo Maneira
Igor Mauler Santiago | Valter Lobato | Paula Derzi Botelho | André Mendes Moreira
Juliana Junqueira Coelho | Eduardo Junqueira Coelho | Andréa Bedran | Arnaldo Paiva
Mônica de Barros | Donovan Lessa | Gabriel Amarante | Guilherme Quintela | Tiago Conde
Patrícia Gaia | Frederico Breyner | Fernando Moura | Alice Gontijo | Marcos Maia

SACHA CALMON
MISABEL DERZI
CONSULTORES E ADVOGADOS

Requer a citação do Réu, na pessoa de seu representante legal, e a intimação da Procuradoria-Geral da República.

Provará o alegado por todos os meios em Direito admitidos.

Dá à causa o valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

Requer o cadastramento do advogado SACHA CALMON NAVARRO COÊLHO, OAB/DF nº 20.118, para receber intimações neste feito, sob pena de nulidade, nos termos do art. 236, § 1º, do CPC.

Nesses termos, pede deferimento.

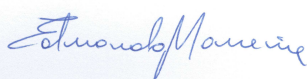
Brasília, 21 de setembro de 2015.



SACHA CALMON NAVARRO COÊLHO
OAB/SP nº 249.347-A



MISABEL ABREU MACHADO DERZI
OAB/SP nº 255.348-A



EDUARDO MANEIRA
OAB/DF nº 20.111



IGOR MAULER SANTIAGO
OAB/SP nº 249.340-A



TIAGO CONDE TEIXEIRA
OAB/DF nº 24.259

CAROLINA SCHÄFFER F. JORGE
OAB/SP nº 306.594